

**CONCURSO DE PROVAS PÚBLICAS PARA ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO DE
NOTÁRIO
01/07/2017**

Direito Notarial e Público

A) Direito Notarial

I

(4 valores)

António e Bernardo são os únicos sócios da sociedade XPTO, LDA, sociedade cujo objeto social é de compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim. A sociedade detém no seu património dois imóveis para revenda. O capital social é de 5.000 €, tendo cada sócio uma quota no valor nominal de 2.500 €, vinculando-se a sociedade pela assinatura conjunta de ambos.

Pretendendo abandonar definitivamente a atividade, António e Bernardo decidem ceder as suas quotas a Carlos, pelo valor global de 100.000 €.

Segundo o pacto social da sociedade, a cessão de quotas a estranhos carece do consentimento da sociedade e os sócios têm direito de preferência na cessão.

Tendo em conta esta hipótese, responda às seguintes questões, fundamentando sempre as suas respostas com a base legal aplicável.

1. Quais os actos que o Notário deveria aconselhar os interessados a incluir na escritura pública. **(1,5 valores)**

2. Quais os documentos em concreto necessários para instruir essa escritura pública? Tais documentos são exibidos ou arquivados? **(2 valores)**

3. O Notário tem que fazer alguma advertência na escritura? Se sim, em que termos? **(0,5 valor)**

II

(5 valores)

Filipe, casado com Guilhermina sob o regime de comunhão geral de bens, recebeu por doação, com a cláusula de incomunicabilidade ao seu cônjuge, um imóvel sito no Algarve.

Pretende doar esse mesmo imóvel ao seu filho Hugo, casado com Ivone sob o regime de comunhão geral de bens, que não pretende ter filhos.

Contudo, pretende acautelar que a sua nora, em quem não confia, não o proíba de utilizar o imóvel, e que, em caso de divórcio ou pré-morte do seu filho, ela nada receba.

Filipe tem outro filho, João, de um relacionamento extraconjugal, pretendendo que o filho Hugo seja beneficiado em relação a este outro filho, que não mantém qualquer contacto com o pai. João é casado com Letícia sob o regime da comunhão de adquiridos.

Tendo em conta esta hipótese, responda às seguintes questões, fundamentando sempre as suas respostas com a base legal aplicável.

- a) Quem tem de participar na escritura e a que título? (2 valores)
- b) Em que termos aconselharia Filipe a fazer a doação? (3 valores)

III

(1 valor)

O que devem os herdeiros fazer para terem conhecimento do teor do testamento feito pelo autor da sucessão?

IV

(2 valores)

Imagine que no decurso de um processo de inventário um dos herdeiros suscita a invalidade do testamento, considerando ainda que esta questão é complexa, quer do ponto de vista fáctico, quer jurídico, pelo que requer ao Notário a remessa das partes para os meios comuns quanto a essa questão:

- a) O Notário se concorda com essa complexidade o que deve fazer?
- b) E se não concordar?

Analise também se o processo de inventário se suspende em alguma das referidas situações e em eventuais recursos admissíveis quanto a esta matéria

V

(2 valores)

Imagine agora que quem lavrou o testamento, cuja validade é agora questionada no processo de inventário, foi o notário onde corre termos o processo de inventário.

O que deve o Notário fazer?

B) Direito Público

I

(6 valores)

A Câmara Municipal de Coimbra declarou a caducidade de uma licença de loteamento por não conclusão das obras de urbanização dentro do prazo estipulado no respectivo alvará.

O senhor Manuel é proprietário de um dos lotes desse loteamento no qual se encontra erigida, depois de desencadeado o procedimento adequado, uma vivenda unifamiliar.

O senhor José é, por sua vez, proprietário de um lote ainda sem qualquer edificação.

Imagine que estes dois proprietários o procuram com o intuito de perceber quais as consequências, designadamente do ponto de vista registal, que decorrem da declaração de caducidade em relação aos respectivos lotes. O que lhes responderia?